

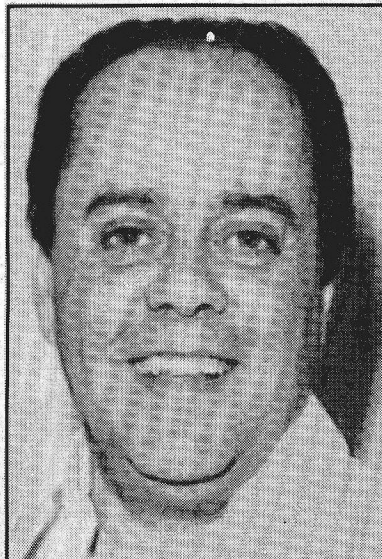
Orçamentos CPI reabre depoimentos com José Geraldo

BRASÍLIA — Depois de quase quinze dias de interrupção, a CPI que investiga a máfia do Orçamento recomeça a tomada de depoimentos dos envolvidos, ouvindo hoje o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). A subcomissão de subvenções sociais já encontrou uma fórmula para tentar encurralar o parlamentar: o dinheiro repassado nos últimos anos pelo Governo a título de subvenção social para as associações beneficentes Caldas da Rainha, Pampulha e Porto Velho, criadas pelo deputado, foi sacado no Banco do Brasil pelos próprios funcionários das suas empresas.



De acordo com o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), da subcomissão que examina as emendas apresentadas pelos parlamentares, foi José Geraldo quem abriu uma "janela" no Orçamento de 1992 para que a Justiça Federal adquirisse um pré-

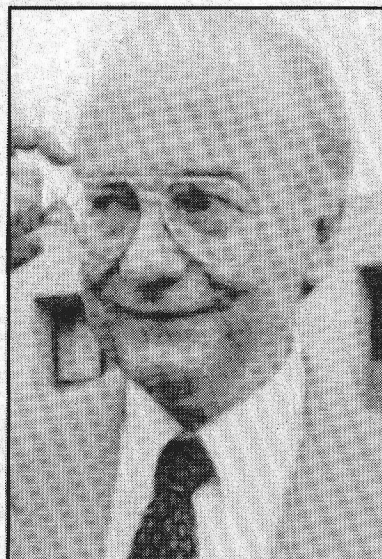
Glauco Dettmar



José Geraldo: "janela" no Orçamento

dio de mais de US\$ 4 milhões em área nobre de Belo Horizonte.

O prédio foi construído pela Construtora Líder, mas não foi vendido. Sob o pretexto de que a Justiça federal não tinha instalações adequadas em Minas, o prédio foi desapropriado pela



José Carlos Vasconcelos: envolvido

União. A primeira emenda para o pagamento da desapropriação foi incluída no Orçamento de 92 por José Geraldo, que será ouvido hoje pela CPI.

A emenda de José Geraldo era do tipo conhecido como "janela": uma dotação relativamente

pequena, que passa sem chamar a atenção. Pesquisando os computadores do Senado, o deputado Sérgio Miranda localizou um empenho (último passo antes do pagamento) em favor da Líder num valor 50 vezes maior do que o que foi aberto pela "janela": de Cr\$ 992 milhões saltou para CR\$ 49 bilhões, equivalentes a US\$ 4 milhões.

A CPI já tem em mãos documentos que comprovam que o deputado favoreceu as empreiteiras Tratex e Andrade Gutierrez na elaboração dos Orçamentos de 1991 e 1992: uma relação de obras solicitadas pela Tratex, apreendida na casa do ex-assessor José Carlos dos Santos, e um documento assinado pelo deputado José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), que recomendava ao então relator-geral, Ricardo Fiúza, que aprovasse determinadas emendas. Ao lado de cada uma está manuscrito o nome da empreiteira beneficiada. A CPI identificou três emendas como sendo de autoria do deputado José Geraldo Ribeiro.